

# UM MANUSCRITO APÓCRIFO: A GUERRA DE CANUDOS SEGUNDO MOREIRA DE AZEVEDO

*Marcos Roberto Brito dos Santos<sup>1</sup>*

**Resumo:** O artigo analisa o manuscrito *A vitória de Canudos* de Manuel Duarte Moreira de Azevedo dentro do contexto das prescrições metodológicas da escrita da história no século XIX. Desta forma, buscou-se levantar as condições de produção do manuscrito – atentando para o lugar de fala do seu autor, em especial, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – a concepção de história a ele subjacente e as intenções explícitas e implícitas do autor ao redigi-lo. Como resultado, identifica-se uma historiografia oficialista, pedagógica e comprometida com o ideal de nação, além de pretensamente isenta de partidarismo e ideologia.

**Palavras-chave:** Guerra de Canudos; Historiografia; IHGB; Moreira de Azevedo.

**Abstract:** The article analyzes the manuscript *The victory of Canudos* by Manuel Duarte Moreira de Azevedo within the context of the methodological prescriptions of writing history in the 19th century. In this way, it was sought to raise the conditions of production of the manuscript - paying attention to the place of speech of its author, in particular, the Brazilian Historical and Geographical Institute - the conception of history underlying it and the explicit and implicit intentions of the author to write it. As a result, an official historiography, pedagogical and committed to the ideal of a nation, as well as supposedly free from partisanship and ideology, is identified.

**Keywords:** War of Canudos; Historiography; IHGB; Moreira de Azevedo.

## 1. INTRODUÇÃO

Há cerca de dois anos, quando iniciava pesquisas sobre a Guerra de Canudos, ao realizar buscas de fontes históricas nos arquivos online da Biblioteca Nacional, deparei-me com uma referência à existência de um manuscrito produzido por Manoel Duarte Moreira de Azevedo, depositado naquela instituição pelo seu autor ainda em 1898, quase um ano após o fim da guerra, e que aparentava não ter sido publicado nem em periódicos, nem como opúsculo ou em outras obras dedicadas aos escritos sobre este acontecimento histórico. Um aprofundamento nas investigações sobre o panfleto confirmou esta suspeita, e após alguns esforços, tive enfim acesso ao documento.

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia - UFBA.

Seu autor, Manoel Duarte Moreira de Azevedo, foi um renomado membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Na revista desta entidade, publicou uma série de trabalhos, entre memórias históricas, notícias históricas, biografias, relatórios, entre outros. Também foi autor de diversos livros, frutos de suas pesquisas, e de algumas publicações de cunho didáticos. Moreira de Azevedo contribuiu ainda com periódicos que circularam no Rio de Janeiro nos arrebaldes da segunda metade do século XIX.

Assim, pretendeu-se na pesquisa, que ora apresentamos os resultados, levantar as condições de produção da interpretação da guerra proposta por Moreira de Azevedo em seu manuscrito, compreendendo-o dentro do lugar social de onde fala seu elaborador – sobretudo no contexto das “historiografias” e narrativas produzidas pelo IHGB. Assim, as questões que se impuseram como norte para a realização da pesquisa foram as seguintes: qual a história deste manuscrito? Quando, onde e por quem foi produzido? Qual a formação intelectual do seu autor, e onde podemos situar a obra especificamente estudada, dentro do contexto geral de sua produção intelectual? Qual a intenção explícita e implícita do autor ao produzir o texto? Qual a proposta de interpretação do evento histórico presente no manuscrito, as principais ideias do autor e a concepção de história que norteia a sua narrativa?

Antes, porém, de dar continuidade à exposição na tentativa de responder, ainda que parcialmente, a essas perguntas, gostaria de um breve esclarecimento do uso do termo apócrifo no título do trabalho. O termo surgiu quase naturalmente diante da situação marginal do texto e do entendimento que normalmente temos da expressão em seu uso no senso comum. Mas ele tem um significado próprio dentro da teologia cristã, de onde deriva, que vale a pena aqui precisar.

A palavra apócrifo tem procedência no grego antigo ἀπόκρυφος ou apokrýtô, significando em sua origem algo que se encontra oculto, por sua preciosidade ou por conter ensinamento secreto. Segundo Tamayo (2009, p. 27), “rapidamente, no entanto, e precisamente porque tais livros eram utilizados por grupos mais ou menos separados da grande Igreja, o vocábulo apócrifo adquiriu o sentido de ‘espúrio’ ou ‘falso’”. Aproximou-se, neste momento, da acepção atualmente difundida que o contrapõe a canonicidade de outros escritos, aceitos como inspirados. Assim, o texto apócrifo ganha o estatuto de não legítimo, marginal pela sua não canonicidade, dissidente, devido a sua heterodoxia, composição e utilização por indivíduos ou seitas consideradas hereges.

O seu uso neste trabalho remete a concepção de algo oculto, excluído e não canônico, sem o aspecto valorativo que prevalece ainda hoje no senso comum de uma obra ilegítima ou inautêntica. Claro deve ficar também que se trata de uma analogia, um recurso literário, ao comparar o cânon religioso ao rol dos textos produzidos em fins do século XIX e início do XX que trataram da Guerra de Canudos, e que foram reconhecidos ao longo do tempo como obras clássicas sobre o tema. Nossa intenção, ainda, não é inserir o manuscrito de Moreira de Azevedo neste cânon de obras clássicas, retirando-o do limbo historiográfico, ao dar a ele uma importância que talvez ele não tenha, menos ainda o de sacralizá-lo como interpretação válida dos acontecimentos.

Mas, voltando à questão da utilização do termo, podemos, conforme aceção que adotamos, dizer que o manuscrito é apócrifo por dois motivos. Em primeiro lugar, pela sua marginalidade em relação aos demais escritos sobre a Guerra de Canudos produzidos à época. “A Victoria de Canudos: Memoria Historica”, manuscrito datado de 5 de setembro de 1898 – ou seja, finalizado a exatos onze meses do término da sangrenta guerra ocorrida no sertão da Bahia, e que se propõe a narrar parte deste acontecimento – teve um destino pouco provável, considerando o prestígio de seu autor. Oferecido à Biblioteca Nacional pelo próprio Moreira de Azevedo em 17 de setembro do mesmo ano, o texto não obteve publicação, nem passou a figurar entre as obras de referência produzidas nos anos que imediatamente sucederam à guerra, ficando quase que esquecido pelos estudiosos nos arquivos desta instituição. Em segundo lugar, o manuscrito pode ser considerado um escrito apócrifo dentro do próprio conjunto da obra produzida por Moreira de Azevedo. Poucos são os trabalhos dedicados à obra deste escritor. Em nenhum daqueles por nós levantados, inclusive os que buscaram elencar sua produção historiográfica e literária, foi encontrado alusão ao texto sobre a Guerra de Canudos. O manuscrito ficou praticamente desconhecido pelo público e pela academia.

## **2. MOREIRA DE AZEVEDO E O INSTITUTO HISTÓRICO**

### **2.1. Manuel Duarte Moreira de Azevedo**

Da mesma forma, existem poucos trabalhos que tratam da biografia ou das obras de Moreira de Azevedo, principalmente quando ponderamos relativamente o mérito do autor, do ponto de vista quantitativo, para a produção historiográfica dos oitocentos.

Segundo Sacramento Blake (1900, p. 61), seu contemporâneo, Manoel Duarte Moreira de Azevedo nasceu em 7 de julho de 1832 na vila de Itaborahy do Rio de Janeiro. Formado Bacharel em Letras pelo Colégio Pedro II e doutor em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, atuou como médico adjunto voluntário do corpo policial da corte até 1863, quando foi nomeado, após concurso, professor de História Antiga e Moderna do Colégio Pedro II. Posteriormente, passou à cadeira de História Universal do internato desta mesma instituição de ensino. Publicou livros como “Compêndio de História Antiga” (1864); “Homens do passado: crônica dos séculos XVIII e XIX” (1875); “O Rio de Janeiro, sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades” (1877); “História pátria: o Brasil de 1831 a 1840” (1884), entre outros, alguns deles utilizados como livros didáticos no período. Contribuiu com os periódicos “A Marmota”, “O Espelho”, “O Conservador”, “Jornal da Família” e “A Pátria”. Foi membro do Instituto Historico e Geographico Brasileiro - IHGB, do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, do Instituto Historico de Goyana, do Instituto Academico, do Retiro Litterario e da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro, fazendo ainda parte do Conselho Director da Instrucção Primaria e Secundaria do município neutro.

Admitido como sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geografico Brasileiro, em 5 de dezembro de 1862, na 15ª sessão ordinária da entidade naquele ano<sup>2</sup> (REVISTA, 1973, p. 699), Moreira de Azevedo tornou-se posteriormente sócio efetivo e um dos membros mais atuantes e dedicados, exercendo o cargo de primeiro-secretário da entidade entre os anos de 1881-1885. Como um dos historiadores mais proeminentes do IHGB, na revista da instituição, publicou uma gama de trabalhos de cunho historiográficos e memorialísticos. Segundo Guimarães (2011, p. 149), “em termos quantitativos, foi o autor mais divulgado pelo periódico do Instituto”.

É o mesmo Sacramento Blake (1900, p. 61-63), em seu *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, publicado ainda antes do falecimento de Moreira de Azevedo, quem elenca 41 obras deste autor, sendo 31 delas relativas a trabalhos que envolvem pesquisa histórica. Já Innocencio Francisco da Silva, no *Diccionario Bibliographico Portuguez* (1893, p. 176-177), em lista não exaustiva, menciona 18 trabalhos históricos de Moreira

---

2 Naquele mesmo ano de 1862, foi também admitido como sócio correspondente do IHGB, outra personalidade de grande impacto na historiografia de Canudos, pela influência de seus escritos sobre Antonio Conselheiro. Trata-se de João Brígido dos Santos, memorialista e cronista, membro atuante no Instituto (Histórico) do Ceará, e que teria sido amigo de infância de Antonio Conselheiro. Cf. p. 765 da mesma edição da Revista Trimestral do IHGB.

de Azevedo, sendo que dois deles não constam na relação apresentada por Sacramento Blake. É óbvio que entre os trabalhos enumerados não poderia constar “A Victoria de Canudos: memória histórica”, na medida em que se trata de escrito elaborado posteriormente à edição dos dicionários citados. Entretanto, mesmo no único trabalho recente (um artigo) que encontramos abordando a produção historiográfica de Moreira de Azevedo de maneira panorâmica, não há referência ao manuscrito sobre a Guerra de Canudos. Neste artigo, escrito para os Anais do XXIX Simpósio Nacional de História, Gonçalves e Albuquerque (2017) inventariaram as obras de Moreira de Azevedo anteriores a sua entrada no IHGB e àquelas publicadas na revista desta entidade, posteriores a sua entrada. Esta listagem está, porém, certamente subestimada, ao negligenciar, por exemplo, o seu “Pequeno Panorama do Rio de Janeiro”, cujos primeiro e segundo volumes foram publicados em 1861 e 1862, respectivamente, como consta na nota biográfica de sua admissão no IHGB. Abaixo, apresentamos tabela com dados sistematizados a partir do trabalho das autoras.

| <b>GÊNERO</b>              | <b>Antes de 1862</b> | <b>1862-1869</b> | <b>1870-1879</b> | <b>1880-1889</b> | <b>1890-1900</b> | <b>Total</b> |
|----------------------------|----------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|--------------|
| <b>Obras Literárias</b>    | 6                    | 1                | 1                | 0                | 0                | 8            |
| <b>Biografias</b>          | 15                   | 0                | 5                | 2                | 1                | 23           |
| <b>Memórias Históricas</b> | 0                    | 2                | 8                | 4                | 3                | 17           |
| <b>Notícias Históricas</b> | 0                    | 2                | 0                | 1                | 0                | 3            |
| <b>Relatórios</b>          | 0                    | 0                | 0                | 5                | 1                | 6            |
| <b>Índices</b>             | 0                    | 0                | 0                | 2                | 0                | 2            |
| <b>Catálogo</b>            | 0                    | 0                | 0                | 1                | 0                | 1            |
| <b>Total</b>               | 21                   | 5                | 14               | 15               | 5                | 60           |

Figura 1: Quantidades de Obras produzidas por Moreira de Azevedo, segundo Gonçalves e Albuquerque, por gênero literário e por período.

Guimarães em “Debaixo da Imediata Proteção Imperial” – ao estudar a memória nacional produzida pelo IHGB entre 1838, ano de sua fundação, e 1889, ano da Proclamação da República – assinala a pouca relevância dada a Moreira de Azevedo e mais dois importantes membros do instituto nos compêndios de historiografia. Segunda ela, estes membros do IHGB

Fazem parte dos chamados ‘autores menores’, e as informações sobre sua produção são encontradas com maior frequência em obras de literatura, do que em livros de história da história do Brasil. No entanto, foram os sócios que tiveram o maior número de ‘memórias históricas’ divulgadas pela *Revista*. Para se ter uma ideia, das noventa e duas monografias editadas no período 1838-1889, eles assinaram

trinta e sete, o que em termos percentuais corresponde a aproximadamente 40% do total publicado. Do conjunto, Fernandes Pinheiro contribuiu com 15 textos, **Moreira de Azevedo com 17**, e Alencar Araripe com 5, no período estudado (2011, p. 146).

Moreira de Azevedo morreu em 8 de abril de 1903, aos 71 anos no Rio de Janeiro, já como sócio honorário do Instituto, sendo comunicado, com pesar, seu falecimento na 4ª sessão ordinária do IHGB em 24 de abril daquele ano (REVISTA, 1903, p. 142).

## **2.2. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)**

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) nasce em fins de 1838 como lugar de excelência para produção de uma história nacional. Na falta de uma identidade nacional e dentro de um contexto de recente independência política do país, constante ameaça de fragmentação do território e de revolta popular, testemunhada pelas chamadas “rebeliões regenciais”, a instituição surge como parte de um projeto de construção e legitimação do Império Brasileiro. Sua finalidade mais fundamental foi a de produzir uma *retórica da nacionalidade* capaz de ser “utilizada para persuadir os brasileiros de que, a despeito da natureza heterogênea e compósita de sua formação social, compartilhavam um passado comum e, conseqüentemente, igual origem e identidade” (CEZAR, 2018, p. 20).

Tendo como pressuposto o que afirma Janotti, de que a mensagem de uma obra ou seu estilo são “o resultado do pensamento de um ou mais grupos sobre a realidade vivida”, comportando nela “o conjunto dinâmico das relações sociais, nem sempre conscientes para seu próprio criador” (2018, p. 120), e o conceito de cultura histórica, conforme entendido por Monteiro, que a define como “as concepções acerca da história de um conjunto de autores que apresentam, num determinado período, acima das suas características particulares (...), uma unidade ou centralidade nos temas escolhidos e no tratamento destes temas em sua produção historiográfica” (1994, p. 164), podemos identificar o IHGB como o ambiente intelectual e social mais importante para entender o contexto de escrita da história realizada por Moreira de Azevedo, e este, como um dos “guardiões da história oficial”, conforme expressão cunhada por Schwarcz. Segundo esta última autora, o IHGB como corpo social, cumpria o papel conjunto de “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos

buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos” (1993, p. 129).

Entendendo a produção historiográfica de Moreira de Azevedo neste contexto maior, não queremos negar, contudo, as singularidades e peculiaridades da escrita da história de cada um dos membros da instituição. As influências das diversas correntes e práticas historiográficas do período, como o romantismo, o historicismo, a erudição e a escola metódica, bem como os usos e influência dos ‘antigos’ (ou seja, da historiografia greco-romana clássica), é objeto de polêmica e de posições muitas vezes divergentes entre os historiadores atuais, podendo igualmente estas influências aparecerem de maneira mais ou menos perceptível a depender do membro do IHGB que estamos focalizando. Podemos, entretanto, identificar um padrão que caracteriza, de forma mais geral, o projeto de escrita da história do IHGB, dos quais destacamos os seguintes elementos:

1. Como anteriormente descrito, a construção de uma história comprometida com o ideal de nação, que encontrará no léxico do IHGB e da historiografia do século XIX a denominação de “história-pátria”, e que atinge seu auge programático na historiografia romântica europeia da primeira metade do século XIX.

2. Produção de uma narrativa que tinha como objetivo fixar os fatos memoráveis da nação e os feitos dos seus grandes homens, arrancando do esquecimento e levando à glória os nomes dos varões ilustres servidores da pátria, de forma a instruir as novas gerações com os seus exemplos e lições (função magisterial, moralizadora e pedagógica da História). Este elemento encontra suas raízes mais diretas na concepção iluminista da Revolução Francesa e na criação do Panteão Nacional de Paris, com seu culto aos heróis, célebres personalidades da história francesa. No IHGB, a biografia foi um gênero dos mais desenvolvidos entre os membros, materializando-se principalmente, mas não somente, na seção da Revista Trimestral do IHGB dedicada à “biografia de brasileiros distintos, por letras, armas e virtudes”. Na Revista, e em especial nesta seção, Moreira de Azevedo foi um importante colaborador com a produção de vários escritos biográficos.

3. A função de coligir, arquivar, organizar e publicar documentos, fixado no tão citado artigo 1º do Estatuto do IHGB, cujas raízes remontam à erudição dos séculos XVII e XVIII, mas que irá se intensificar no século XIX com a acumulação de documentos promovidas pela pesquisa erudita, com a formação de entidades a isso dedicadas e a criação de coleções catalogadas de fontes, em especial na França e

Alemanha, de onde esta tendência se propaga para outros países, inclusive fora da Europa. A acumulação primitiva de fontes era compreendida na época como um requisito para a produção de uma “história filosófica” da nação, mais geral e explicativa, à maneira de boa parte dos programas das correntes historiográficas da época. Com disse Carbonell, “no século XIX, Clio ceifa e enceleira” (1981, p. 98).

4. A intenção manifesta de uma produção historiográfica científica, caracterizada pela neutralidade, isenção e distanciamento das ingerências políticas, morais e religiosas, dos interesses sectários e das parcialidades, projeto expresso significativamente na célebre frase do historicismo rankeano de *descrever os fatos tal como aconteceram*, o que obviamente não se identifica na prática concreta da escrita da história por seus membros, onde se distingue a imersão nas disputas políticas e nos interesses sociais do período, subjacente à produção.

5. O propósito de elaborar uma história metodologicamente crítica, orientada racionalmente.

Sobre este último ponto, Langlois e Seignobos, em sua clássica *Introdução aos Estudos Históricos*, cuja primeira edição francesa fora publicada em 1897, ano da Guerra de Canudos, nos dá uma boa indicação de como, mesmo na Europa daquela época, a grande parte da produção historiográfica ainda não assumira o rigor metodológico que normalmente a ela se atribui, recorrendo a processos instintivos e práticos, mais do que racionais, como muitas vezes parece pressupormos quando falamos da escrita da história no século XIX. Afirma os autores: “(...) parece uma observação incontestavelmente exata a de que, do ponto de vista do método, quase todos os historiadores modernos são autodidatas, formados exclusivamente pela prática ou pela imitação de seus mestres (1946, p. 9)”.

Nos parece muito importante ter isso em vista quando falamos do IHGB, para não sobrestimarmos o caráter profissional, em geral, da escrita da história ali realizada pela maioria de seus membros durante o século XIX, e em especial, da produção historiográfica de Moreira de Azevedo. Entendemos que, se por um lado, a escrita da história no IHGB materializou a incorporação de protocolos renovados de elaboração historiográfica (procedimentos de pesquisa e formatação narrativa), também significou continuidade com a denominada “historiografia tradicional”, principalmente no que diz respeito a crítica deficiente das fontes históricas. Podemos afirmar que os membros do IHGB, embora consultassem obsessivamente os arquivos, exerciam pouco controle crítico sobre os documentos, que era o controle crítico possível à época, considerando o



grau de desenvolvimento da disciplina e o lugar social de elite dominante no qual partia os seus discursos.

No IHGB, o projeto de criticidade resumia-se ao intento por estabelecer os fatos “tal como aconteceram”, sem erros no que diz respeito a personagens, acontecimentos e datas, não havendo satisfatoriamente uma visão crítica das fontes que as entendessem como uma construção ideológica e/ou intencional, ou, em outras palavras, enquanto “monumentos”, o que só aconteceria mais tarde com o desenvolvimento do historicismo rumo a uma concepção relativista do próprio historiador na produção do conhecimento histórico. A concepção de história subjacente é, sem dúvida, a de que a narrativa geral emergiria quase naturalmente dos fatos apurados, desconsiderando as escolhas do historiador no processo de pesquisa, seu papel nas concatenações e composição da narrativa, bem como a ingerência de sua subjetividade na construção do próprio fato histórico. Mas há de se notar que nem mesmo a busca compulsiva pelo estabelecimento dos fatos verdadeiros e a abominação à inexatidão histórica eram suficientes para o sucesso do empreendimento, expondo muitas vezes o autor ao julgamento inquisitorial dos demais membros. O próprio Moreira de Azevedo passou por esta situação vexatória, como afirma Oliveira, ao relatar que o historiador Capistrano de Abreu, também membro do IHGB, ao comentar os trabalhos de Moreira de Azevedo escreve “que os apontamentos históricos do consórcio do Instituto poderiam contribuir para investigações futuras, mesmo que o autor ‘por inadvertência ou indolência, deixasse escapar inexatidões” (2011, p. 71-72). A crítica de Capistrano a Azevedo, ganhou tons ainda mais ásperos, como podemos encontrar no trabalho de Guimarães, onde se lê as seguintes palavras de Capistrano: “O Dr. Moreira de Azevedo, embora por si mesmo seja capaz de pouco, como operário pode ser aproveitável” (2011, p. 149).

A filiação clara de Moreira de Azevedo ao projeto e prática de escrita da história do IHGB pode ser percebida quando comparamos os elementos elencados acima, que, como entendemos, caracterizaram este projeto, com sua observação introdutória ao segundo volume do livro “O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades”, do ano de 1877:

Terminamos neste volume este nosso trabalho que nos absorveu seis annos de fadigas, investigações, difficuldades e vigílias.

Consultámos testemunhas antigas, cartorios, archivos e bibliothecas publicas e particulares e compulsámos monumentos históricos, chronicas antiquarias para obter noticias das cousas pátrias; fizemos amiudadas pesquisas, pacientes esforços, continuadas

indagações para colher o maior número de factos e noticias.e quem sabe como são pobres os nossos archivos, como se achão derramados os documentos (...) poderá avaliar a canceira, as aborridas horas que passámos a coligir noticias, averiguar datas, decifrar inscrições e fazer a concatenação de factos espalhados em milhares de documentos (...).

Procuramos ser exato e minucioso, não nos deixando arrebatado por invenções de imaginação e devaneios de poesia, sendo o nosso único fim dizer a verdade.

Os edificios públicos abrirão-nos seus archivos, e largo foi o cabedal de antigualhas que colhemos nas livrarias dos conventos, assim como de muitos indivíduos de avançada idade, testemunhas dos factos que nos referirão, ou conhecedores deles pelas tradições conservadas em família; mas para o leitor avaliar as fadigas que custão esta peregrinação em busca de antiguidades, diremos que algumas vezes encontrámos indiferença (...) ao ver-nos empenhados em obter esclarecimentos de factos amortalhados nas trevas do tempo; nada porém, desalentou-nos nem as largas pesquisas, as áridas investigações, os pesados dissabores, por que trabalhando por amor à pátria jamais fallecerão-nos o esforço e a perseverança.

(...).

Reconhecendo depois de tão penoso trabalho que sahira deficiente a primeira edição da nossa obra, emprehendemos segunda edição (...); verificámos de novo as datas e os factos, pois em trabalho de semelhante natureza deve haver muita verdade na exposição e muita certeza na chronologia; (...) incluimos novas biografias de artistas e cidadãos notáveis; (...).

Hoje entregamos nosso trabalho à pátria, e ella que inspirou-o, e recebeu-o com benevolência, deve perdoar as faltas e erros do autor que, apoucado de intelligencia, tudo fez por cumprir a penosa tarefa de que se incumbio, levado somente pelo desejo de perpetuar a lembrança de factos memoraveis, os nomes illustres de seus concidadãos, e tornar conhecida a cidade em que todos vivemos. Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1877.

O IHGB era dotado de um caráter acentuadamente político, isto no sentido mais amplo da palavra. As relações de poder, ainda fortemente marcada por relações sociais tradicionais, dava o tom do ambiente de elite do instituto. Schuwarcz o considera como um “espaço marcado por uma teia de relações pessoais” (1993, p.133). Podemos identificar um pouco deste clima reinante na época, marcado por certo “clientelismo”, pelos favores entre os membros da elite, em uma carta de Moreira de Azevedo, datada de 31 de agosto de 1895 (ou seja, cerca de três anos antes da escrita de *A Victoria de Canudos*), ao engenheiro Paulo de Frontin, diretor da Companhia Melhoramentos do Brasil, futuramente diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil (1896-1897) e que, assim como Moreira de Azevedo, também se tornará membro honorário do IHGB (em 1921), categoria de membro reservada aqueles reconhecidos como de “consumado saber e distinta representação”:

Ilmo sr. Dr. Frontin  
Amigo e Sr.  
Rio 31 de Agosto de 1895

Estimarei que esteja de saúde, assim como sua ilustre família. Constando-me que existem duas vagas no escriptório da Companhia Melhoramentos do Brasil da qual é mui distinto amigo presidente, e outra vaga no escriptório da Companhia Minas Rio cujo presidente é o Dr. Cesario Alvim e tendo eu um neto, que é telegraphista da 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil, mas que atormentado pelas contínuas pernoites deseja mudar de emprego, venho pedir a sua valiosa *protecção* em seu favor. Sei que é amigo do Cesario Alvim; assim quer em uma, quer em outra companhia se pudesse contemplar um neto seria um grande favor. Fiado na sua bondade, e contando com a sua valiosa protecção ousou escrever-lhe recordando-me sempre com muito estremecimento dos factos que tanto o honrão desde sua vida de estudante. Irei saber a resposta mas se por sua bondade quizer enviar qualquer recado pode dirigí-lo à nossa casa na rua Conselheiro Ferraz nº 1, Engenho Novo, onde tem sempre um dedicado amigo. Moreira de Azevedo (CARTA, 1895).

Ainda conforme Schwarcz, os “sócios eram escolhidos antes de tudo por suas relações sociais”, o que contribuiu para que a produção científica sofresse “com todas as limitações de um tipo de estabelecimento que congregou lado a lado elite intelectual e elite econômica e financeira” (1993, p. 129; 131)

Já apresentamos anteriormente o fato da gênese do IHGB estar estritamente ligada aos interesses do Estado Imperial Brasileiro. Esta relação, entretanto, era tão íntima que o monarca Dom Pedro II, não apenas era membro do Instituto, com tinha presença constante não apenas nos encontros festivos, como nas reuniões ordinárias da entidade. É bem conhecida e corrente nos textos que tratam do IHGB, sua frase às vésperas do exílio: “O Instituto bem sabe que sou todo dele”. Incentivada, com fartos recursos financeiros e materiais pela monarquia brasileira, como bem expressou Lucia Maria Paschoal Oliveira, a entidade estava “debaixo da imediata protecção imperial”. Este vínculo iria se manter, mesmo após o fim do regime monárquico, bem simbolizada no episódio ocorrido na sessão de 29 de novembro de 1889, “quando assumindo a tribuna, em uma oração magistral e aplaudida de pé, [o General João Severiano da Fonseca], membro do IHGB e irmão do Marechal Deodoro da Fonseca, principal líder da conspiração republicana, que havia deposto o regime monárquico há cerca de 14 dias] solicita que a cadeira que ocupara o Imperador Pedro II, nas inúmeras sessões que estivera presente, permanecesse ocupada” (SILVA, 2008).



Figura 2: Diploma da admissão de membro efetivo do IHGB de João Severiano da Fonseca. Assina como secretário à época, Moreira de Azevedo. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Coleção João Severiano. Localização DA 7.2.004.

O discurso de João Severiano da Fonseca está transcrito na Revista Trimestral do IHGB. Nele, Severiano vê o advento da República como uma “necessidade inevitável”, “imprescindível”, “imperiosa”, “garantia não só para a estabilidade da nação, como para a individualidade do imperador”, mas lamenta o afastamento de Dom Pedro II, visto como “uma perda imensa”, “um imenso pesar”, sendo ele não “um decahido”, mas “antes um aposentado, retirando-se com todas as honras e distinções” (REVISTA, 1889, 537-538). A atitude e as palavras de Severiano da Fonseca, sendo este irmão do “generalíssimo” Deodoro, soam bastante reveladores das relações internas entre os membros do IHGB. Talvez aí possamos encontrar a autonomia relativa do campo intelectual de que me referi acima, quando os ânimos das disputas políticas perdem seu ímpeto em nome da cordialidade da relação corporativa e do projeto de produção intelectual. Tido por alguns, como reduto monarquista, principalmente pelos jacobinos, radicais florianistas, o Instituto Histórico acolheu inúmeros republicanos e tendeu ao longo do tempo a adaptar-se ao novo regime.

A conciliação entre o IHGB e o Regime Republicano não aconteceu, porém, do dia para a noite. Em uma outra obra sobre o IHGB, Lúcia Maria Paschoal Guimaraes relata a falta de apoio e os crescentes cortes orçamentários realizado pelo novo regime em seus primeiros anos e mesmo a ideia de extinção, materializada em uma minuta de decreto do ministro Aristides Lobo, rasgada amigavelmente pelo igualmente republicano histórico Araripe Júnior, filho de Tristão de Alencar Araripe, este último, sócio do IHGB. A instituição sobreviveu estes primeiros anos como pode, reinventando-se: entre as medidas criou a categoria de sócio benemérito, “dispensada de comprovar a chamada suficiência literária e destinada a “acolher um grupo de personalidades, que, por certo, não frequentava os círculos intelectuais”, mas que “no ato de admissão assumia o compromisso de fazer um donativo ao grêmio de um mínimo de 2:000\$000 (dois contos de réis) (GUIMARÃES, 2007, p. 22-25). Discorre um pouco, ainda Guimarães, sobre o processo de aproximação entre as instituições sociais, que começa a tornar-se perceptíveis entre os anos de 1894-1895:

A República dos Marechais relegou o Instituto Histórico a uma condição secundária. O reduto letrado aceitou o jogo e se retraiu. (...) As primeiras pistas de que a corporação escapara da sanha florianista apareceriam em 1894, já no final do governo do *Marechal de Ferro*. As autoridades capitulavam diante da necessidade de organizar e publicar uma *Bibliografia Nacional das Ciências Geográficas*. Designaram o Instituto Histórico para coordenar a consecução do empreendimento. (...). A reabilitação do Instituto Histórico se iniciou com a volta das oligarquias ao poder. A prova disso é que Prudente de Moraes, logo após tomar posse na mais alta magistratura do país, foi eleito presidente de honra da corporação e como tal compareceu à sessão magna de aniversário, de 15 de novembro de 1894 (2007, p. 28-29)

Esta aproximação não se deu, porém, de forma totalmente homogênea, com todos setores republicanos. No ano da Guerra de Canudos, o IHGB e seus membros mais reconhecidos como monarquistas ainda sofria o ataque da imprensa republicana, em especial, daquela dirigida pelos setores mais radicais do jacobinismo gliceriano, acusando-os de prestarem auxílio aos Conselheiristas, como podemos identificar nas palavras do Eduardo Prado, sócio correspondente do IHGB desde 1889, que escreve em dois artigos de janeiro e março de 1897:

O *Republica* traz um artigo característico. É um ataque contra o sr. Affonso Celso Junior, (...). Ataca também o Instituto Histórico,

allegando que alli não se devem abrigar sebastianistas, porque o Instituto recebe quatorze contos da Republica annualmente. A celebridade litteraria, a notoriedade scientifica são cousas insupportaveis para o sr. Glycerio e a sua gente. (...) Achamos, pois, muito natural que o Republica ataque, na pessoa de Affonso Celso e no Instituto Historico, a própria intelligencia brasileira. (...). Os monarchistas não têm a mínima responsabilidade directa, ou indirecta, na revolta de Antonio Conselheiro e nenhum auxilio moral ou material lhe têm prestado (PRADO, 1906, p. 33-35; 111-113).

Embora não tenhamos muitos dados a respeito das posições políticas de Moreira de Azevedo, a partir das poucas informações e de seus escritos, podemos inferir que fora um simpatizante da monarquia no tempo deste regime. Um monarchismo que não nos parece programático e militante, e sim decorrente das próprias relações que estabelecera com a corte e com a elite dominante, essencialmente ligada a estrutura do Estado Imperial. Podemos considerar Moreira de Azevedo, muito mais um adepto e militante de uma ideologia patriótica, posição que provavelmente facilitou sua fácil conversão ao novo regime. Certamente não foi um republicano histórico, nem um republicano 14 de maio, aquele que, normalmente proprietário de escravos, aderiu aos ideias republicanos em protesto pela assinatura da Lei Áurea, mas se não foi um republicano adesista, de última hora, convertido ao novo regime na iminência da tomada do poder, não manteve, pelo menos não por muito tempo após a proclamação da República, uma posição anti-republicana ou pró-monarquia. No escrito *A Victoria de Canudos*, como veremos mais à frente, é esta sobreposição “patriótica” aos dois regimes, que prevalece.

O patriotismo, em sua versão típica do século XIX, era concebido por Moreira de Azevedo, mesmo como uma religião, como vemos em um excerto de seus Ensaios Biographicos,

Se o paiz procurasse immortalisar os seus heroes, se tratasse de perpetuar as suas glorias, mostrando nos monumentos, nas columnas, a gratidão nacional, o povo teria mais instrucção das cousas da patria, e comprehenderia melhor esse sentimento divino, essa religião pura chamada — patriotismo (AZEVEDO, 1861, p. 12).

Durante sua vida, a escrita da história de Moreira de Azevedo esteve consorciada ao projeto do IHGB de construção de uma história pátria, em especial, de uma história pátria patriótica, que, ao exaltar os seus heróis, os grandes homens da nação brasileira, aqueles que dedicaram sua vida ou deram sua vida pela pátria e pelo seu progresso, cumpria a função de apresentar modelos de conduta e imitação para as gerações atuais e

vindouras, característica da chamada historia magistra vitae (mestra da vida), papel atribuído a disciplina nos primórdios de sua constituição, ainda na antiguidade, pela historiografia clássica (greco-romana) e que, subsistira entre os modernos, a despeito da emergência do novo paradigma historiográfico da modernidade.

A gratidão nacional é não só um dever para com aqueles, que foram os beneméritos da pátria, como também torna-se um incentivo, um hymno de animação para aqueles que desejam fazer alguma coisa pela terra do seu berço, é um sentimento patriótico e civilizador.

A pátria deve resuscitar a memória dos seus filhos, que foram ilustres, deve levá-los a posteridade, levantando sobre seus tumulos columnas e estatuas, para que os vindouros leiam nos livros de marmore a gratidão do país, procurando imitar aqueles, que tanto mereceram dos seus antepassados.

É assim que procedem os povos, onde a civilização tem feito progressos.

Visitai as cidades da Europa, percorrei as suas praças, os seus passeios, e vereis os monumentos, as columnas, as estatuas, povoando esses passeios e essas praças. O granito e o bronze como que resuscitam então aqueles, que foram os heroes da pátria; e o povo se anima, se entusiasma lendo no marmore e no bronze as glorias e a gratidão do país.

Mas sepultar na obscuridade os heroes da nação é condemnar a um ostracismo horrível a memoria daqueles que tanto fizeram pela terra que lhes servio de berço. (AZEVEDO, 1861, p. 3).

Voltaremos a essa questão ao analisar o manuscrito.

### **3. O MANUSCRITO *A VICTORIA DE CANUDOS: MEMÓRIA HISTÓRICA***

Produzido no Rio de Janeiro e datado de 5 de setembro de 1898, o manuscrito é uma das primeiras propostas de composição de uma narrativa histórica sobre a Guerra de Canudos com utilização de fontes documentais. Lembremos que entre o fim da guerra e o ano de 1898, tinha sido editado como publicações mais gerais sobre o episódio, apenas os livros *Última Expedição à Canudos*, do Coronel Dantas Barreto, *A Quarta Expedição contra Canudos*, do major Constantino Nery, alguns fascículos de *Guerra de Canudos: narrativa histórica*, do jornalista Favilla Nunes, e *Os Jagunços*, de Afonso Arinos (sob o pseudônimo de Olívio Barros). Considerando o fato destes três primeiros autores, serem militares que estiveram presentes no teatro de operações da guerra ao lado das forças republicanas e, assim, a tendência um pouco mais memorialística dessas obras, e que a produção de Afonso Arinos tem um cunho mais

literário, sendo uma novela histórica, percebe-se a natureza historiográfica de vanguarda do manuscrito de Moreira de Azevedo.

Mesmo o seu subtítulo “memória histórica” não deve causar engano, pois se trata de uma clara tentativa de *interpretação* do evento histórico em questão, realizada por um membro do IHGB, que reivindica-se como historiador, sem participação direta no evento abordado, utilizando-se do instrumental metodológico predominante à época. Ou mais ainda, trata-se da criação de uma narrativa historiográfica que sorrateiramente tem a pretensão de se constituir como leitura dominante daquele acontecimento. Todo este argumento não invalida o caráter memorialístico apontado por alguns autores em relação a historiografia do século XIX, como decorrência de seu atrelamento ao ideal de nação.

Porém, malgrado a absorção deste ideal nacional, a historiografia produzida no século XIX pelo IHGB caracterizou-se por uma pretensão de neutralidade epistemológica, como forma de legitimação. Dessa premissa, decorria uma visão, muito comumente expressa por seus membros, sobre a necessidade de distanciamento temporal do narrador em relação aos acontecimentos narrados, para manutenção da imparcialidade frente aos interesses políticos e maior capacidade de apreciação do fato histórico em sua completude. Subjazia uma visão de temporalidade onde se pressupunha uma ruptura entre o passado e o presente, entre sujeito e objeto, para a produção de uma narrativa propriamente histórica, visão própria de um historicismo ainda não amadurecido. Essa mentalidade é bem reproduzida no início do manuscrito de Moreira de Azevedo, quando buscar expor ao leitor os motivos que o levaram a escrever:

Talvez julguem cedo para gravar nos annaes da historia a narração deste triumpho; mas não pensamos assim, e antes que a phantasia venha desfigura-lo e afastado de nós venha o tempo emprestar-lhe outras cores e proporções como simples chronista, nos propomos a relatar o que colhemos nos jornais da época, dando *exata noticia* desse acontecimento, que nos impressionou e excitou o nosso patriotismo. É uma simples narrativa que pode ser útil ao historiador, que no futuro se dedique a escrever a história dessa campanha entre irmãos, a qual perturbou por longo tempo a paz da Republica do Brasil. O sábio Ferdinand Denis diz ‘se alguma cousa pode dar justa idea da simplicidade com que se realisão os acontecimentos históricos, mais fecundos em resultados, são essas fontes primitivas, essas chronicas contemporaneas, que contam *sem exageração* o próprio factó, antes que seja envolto de circumstâncias extranhas ao acontecimento principal” (AZEVEDO, 1898, p. 13-15).



A pretensão de narrar os fatos “tal como aconteceram” se apresenta no texto em sua disposição de dar “exata notícia”, “sem exageração”, estando esta última expressão em um excerto atribuído a Ferdinand Denis, historiador romântico francês, especialista em História do Brasil, bastante citado pelos membros do IHGB e que durante sua vida manteve relações com a instituição brasileira. As palavras de Ferdinand Denis fornecem legitimidade em sua justificativa para o empreendimento de produção do manuscrito. Assim, visando obliterar as normas protocolares e prescrições da ciência historiográfica corrente na época, que recomendava o distanciamento temporal, Moreira de Azevedo se serve do argumento de que não estaria escrevendo História, mas sim memória, registrando os fatos para que, na posteridade, outros historiadores se valessem de um relato fidedigno como o dele. Este argumento, entretanto, nos parece claramente um engodo. Vejamos.

Consideremos a definição de *memória histórica*, tal como se apresenta na produção do IHGB. Segundo Oliveira, as memórias históricas do IHGB, “de modo geral, consistiam em compilações documentais ou relatos descritivos, em grande parte testemunhais, acerca de determinados acontecimentos da história imediata (...)” (2011, p. 26). Ora, vemos notoriamente que não se trata de uma explanação de caráter testemunhal, nem compilação de documentos ou trabalho de natureza puramente descritiva, mas de uma interpretação geral de um evento a partir da utilização de fontes históricas. Trata-se, é certo, da utilização de fontes bastante limitadas (basicamente notícias jornalísticas e documentos oficiais como ordens do dia, mensagens, etc), sem a exaustividade que caracterizava a pesquisa histórica da época, e de uma narrativa histórica bastante descritiva, privilegiando a superficialidade dos eventos. Entretanto, tal superficialidade é característica geral da historiografia do IHGB, e a ausência de uma compreensão/interpretação mais profunda do evento é apenas aparente.

Dito isso, resta apurar então qual seria esta compreensão/interpretação, de caráter mais largo, subjacente à escrita de Moreira de Azevedo.

Sobre isso é interessante notar que, embora relativamente recente em relação ao término da guerra, quando a leitura dos republicanos era basicamente de que Canudos era um reduto monarquista, essa dicotomia aparece ao largo do texto de Moreira de Azevedo. Em nenhum momento do seu escrito é apresentado a contraposição monarquia-república como chave de leitura para o evento. A nosso ver, é a noção de pátria que permite a Moreira de Azevedo conceber a transição monarquia-república como continuidade e não como ruptura, colocando-se acima do embate político entre

esses dois regimes. A chave de leitura encontramos, é nossa proposta, na dicotomia ordem versus desordem, onde a ordem é identificada com a pátria e não com o regime republicano em vigor. Assim, ainda quando Azevedo conclama os defensores da República é para contrapô-los à anarquia, e não à monarquia. Era, segundo ele, “a victoria da civilização contra a rudeza de costumes, da intelligencia sobre a ignorância e da razão sobre o fanatismo cego e brutal”. Tratava-se de “bandidos e desordeiros” que com seus atos “perturbou a paz da República”. Canudos havia sumido “para a honra de nossa bandeira”. Assim, a ameaça de descontinuidade provêm da anarquia rebelde em luta contra a pátria, naquele momento representada pelos conselheiristas. Os heróis da pátria são aqueles que, em todos os regimes, defendem-na das ameaças anárquicas.

Entendemos, assim, que a intenção implícita de Moreira de Azevedo era oferecer uma explicação geral para o evento histórico, buscando como membro prestigiado da elite historiográfica brasileira, consolidar e perpetuar certa interpretação daqueles recentes acontecimentos. Reforça esta percepção o fato do autor ter oferecido o manuscrito à Biblioteca Nacional, visando a sua guarda e preservação. Independente do motivo que levou seu autor a não publicar o texto, podemos deprender que esta atitude de entrega a esta instituição vise a monumentalização de sua obra. Não é por acaso que inicia suas justificativas para a escrita do texto com a frase: “talvez julguem cedo para gravar nos annaes da história a narração deste triumpho”.

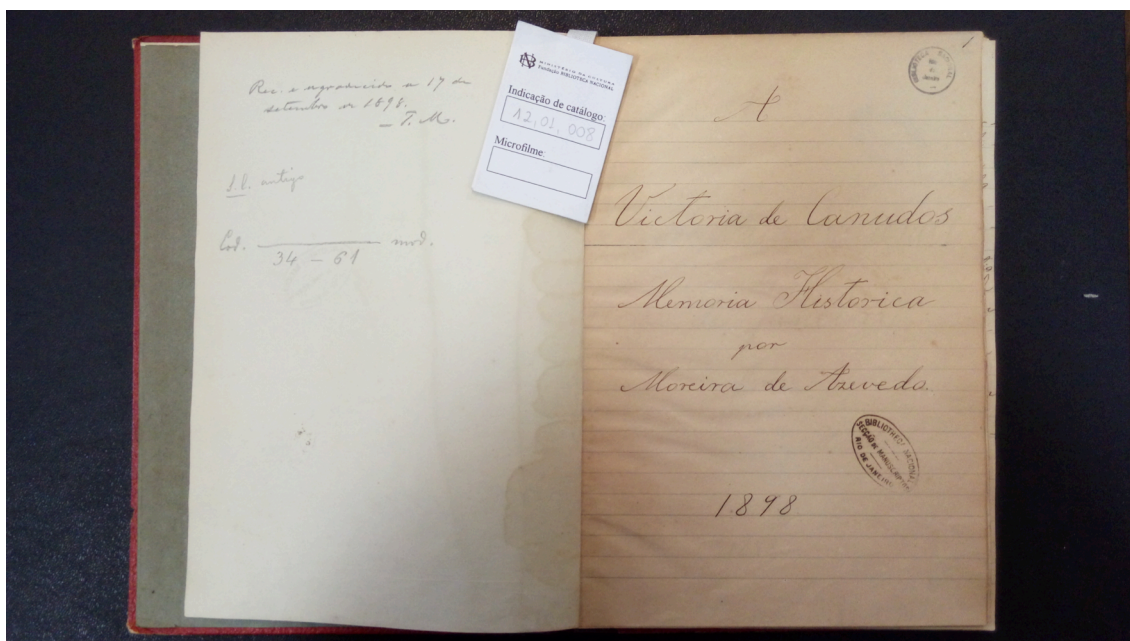


Figura 3: O manuscrito original de Moreira de Azevedo. Arquivo da Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos. Localização 12,1,008. Fotografia tirada pelo autor em 07/10/2019.

No fim do manuscrito defrontamo-nos com as seguintes palavras de Moreira de Azevedo:

Ilmo Exmo Sr Dr. Bibliotecário

Tenho a honra de enviar a VEx<sup>a</sup> o presente manuscrito intitulado A Victória de Canudos que offereço a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro da qual é VEx<sup>a</sup> digno director pedindo a VEx<sup>a</sup> haja de acolher tão diminuta offerta.

Deus guarde a VEx<sup>a</sup>  
Rio de Janeiro 17 de setembro de 1898

Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo (AZEVEDO, 1898)

A data da dedicatória acima corresponde a apenas doze dias do que seria a da finalização da obra. Na contracapa e na página relativa a referida dedicatória encontra-se o apontamento de que o manuscrito fora recebido e agradecido naquele mesmo dia, por alguém com as iniciais T.M. Inferimos se tratar das iniciais do sobrenome de José Alexandre *Teixeira de Melo*, diretor da Biblioteca Nacional entre 19 de outubro de 1895 e 24 de março de 1900. Com elementos em sua biografia muito próximo de Moreira de Azevedo, Teixeira de Melo também era médico de formação, historiador e membro do IHGB, onde igualmente exerceu a função de primeiro-secretário. Antes de assumir a direção da Biblioteca Nacional, Teixeira de Melo havia sido chefe da seção de manuscritos dessa entidade, ali se constituindo, segundo publicação elogiosa, como “funcionário dos mais cultos e operosos que pela seção de manuscritos já passaram” (GUIA, 1960, p. 39).

Com isso, Moreira de Azevedo conseguiu em parte seu intento de estender a vida daquela sua obra: se a atitude de oferecimento à Biblioteca Nacional foi um elemento importante para a preservação do manuscrito, concorrendo para que chegasse hoje a nossas mãos, por outro lado, diferente da interpretação de outros autores sobre a Guerra de Canudos, aquela leitura do episódio ficou soterrada nas dependências do setor de manuscritos, tornando-se quase desconhecida do grande público, dos especialistas e da academia em geral. Um apócrifo, como assim denominamos no título deste trabalho. Se naquela atitude havia o intento da publicação do manuscrito na posteridade, por parte da Biblioteca Nacional ou de outra instituição, não foi este o destino realizado.

Abordemos, por fim, mais alguns elementos centrais da concepção de história presente no manuscrito.

Em primeiro lugar, sua filiação a um tipo de escrita da história que se pretende com função pedagógica: uma história mestra da vida, ou *magistra vitae*, para recorrer ao termo mais técnico que remete à sua origem na historiografia da antiguidade clássica. Moreira de Azevedo aspirava a construção de um texto-monumento para edificação das gerações do porvir. Acreditava que o elogio da coragem dos soldados e a exposição de suas façanhas cívicas, animaria os novos combatentes da posteridade que, ainda em vida, afrontaria com destemor os riscos de morte em defesa da pátria. Para isso, era necessário imortalizar estes grandes homens da nação nos “monumentos de papel e tinta”, erigindo um panteão de heróis nacionais. Dirá em certo momento do manuscrito:

Naquelle sitio sinistro, tumulto de legiões de heroes, que se perderão a vida, escreverão nas páginas da historia os seus nomes como legendas eternas, lembradas pela saudade e gratidão do paiz, ostenta-se bem alto o pavilhão brasileiro para afugentar dalli os fanáticos, os perversos, os filhos desnaturados da pátria, que tão mal empregaram a sua coragem ensopando de sangue o próprio solo da nação que lhes deu o berço (AZEVEDO, 1898, p. 55).

Era, desta forma, uma escrita da história de caráter panegirista, laudatório, apologista, elogiador dos vultos nacionais. Este traço aparece já nas primeiras três páginas do manuscrito, onde depara-se, ilustrando-o, as imagens recortadas e coladas, respectivamente, do marechal Carlos Machado Bittencourt, do general Arthur Oscar e, conforme texto do recorte de jornal agregado ao manuscrito, “o retrato que hoje damos do famigerado Antonio Conselheiro”.

A escrita da história de Moreira de Azevedo tem característica tipicamente tradicional, uma narrativa épica que evidencia a ação dos heróis, seus atos e decisões (estes concebidos enquanto indivíduos, embora sejam eles expressão da nação), onde se demonstra uma evidente preocupação cronológica (com datas e mesmo horas) e enfatiza-se a superfície dos acontecimentos. É o que a Escola dos Annales mais tarde chamará de história événementielle, uma história acontecimental, factualista. Como afirma Burke, “Os historiadores da narrativa tradicional tendem a exprimir suas explicações em termos de caráter e intenções individuais” (1992, p. 332). Como chamamos a atenção anteriormente, isso não deve nos levar a pensar que não existe na narrativa uma proposta, ainda que subjacente, de interpretação do evento histórico estudado. Distancia-se, neste sentido, da narrativa da guerra realizada em Os Sertões por Euclides da Cunha, explicitamente explicativa, onde se integrou a narrativa dos fatos a

explicações causais maiores, considerando para isso aspectos geológicos, antropológicos e históricos.

O recorte temporal adotado por Moreira de Azevedo em sua narrativa, é também subsídio a escrita de uma história patriótica e heróica, servindo aos seus objetivos panegiristas. Aborda-se apenas o período entre o cerco de 24 de setembro, quando o arraial foi sitiado pelo exército, a 6 de outubro, com a informação da vitória final das forças governamentais republicanas. A escala de tempo operada é a curtíssima duração, narrando-se, em ritmo acelerado, apenas a “victória”, o momento apoteótico do evento histórico mais geral que foi a Guerra de Canudos.

Por fim, ressaltamos que o manuscrito *A Victoria de Canudos; memória histórica por Moreira de Azevedo* reflete a ideologia patriótica de que falamos anteriormente – cosmovisão que permeava o paradigma da cultura histórica da época – e o triunfalismo da elite brasileira, sobretudo carioca, que viu, sob a lente do ideal de civilização, naquele povo do sertão nordestino, o símbolo do atraso. A derrota sofrida nas três primeiras expedições contra o arraial alimentou o sentimento de revanche da elite carioca, de medo na população em geral, e um ambiente de apreensão quanto à solidez do regime republicano.

Percebe-se isso já em seu título. Expressão corrente logo após o fim da Guerra, a locução “A Victoria de Canudos” revela o triunfalismo bélico próprio da elite dominante que não via constrangimento em massacrar uma população de pobres camponeses em nome da consolidação da República. Podemos visualizá-la em várias produções culturais da época. Tornou-se título do dobrado para piano de Arthur N. Lima, dedicado ao Exército Brasileiro.<sup>3</sup> Os jornais cariocas *Cidade do Rio* e *A Notícia* fazem menção a um dobrado de mesmo nome cujo autor seria A. M. Brio. Outra composição musical homônima tinha como originador o maestro Angelo Minelli, e como subtítulo revelador “grande marcha triumphal”, sendo dedicada ao Presidente

---

3 LIMA, Arthur N. *Victoria de Canudos: dobrado para piano*. A Biblioteca Nacional atribui a publicação aos oitocentos. É possível identificar, referência ao ano de 1889 na capa da obra, que parece ser o de criação da editora. Considerando outras publicações da editora como o dobrado “General”, editado com as mesmas características físicas, composto por F. P. N Seixas, e dedicado ao General Cláudio do Amaral Savaget, comandante da 2ª coluna da 4ª Expedição contra o Belo Monte, e ainda o título de outras tantas composições como o dobrado “Floriano Peixoto”, o tango “Generalíssimo Deodoro”, a quadrilha “Os Lanceiros da República”, a valsa “Viva a Republica”, e a quadrilha “Um brinde aos heroes de 15 de novembro”, dá para inferir que todas elas estão inseridas dentro do caldo das disputas políticas da Primeira República, e situar a referida criação de Arthur Lima entre os anos de 1898 e 1899.

Prudente de Moraes.<sup>4</sup> Vivendo em 1897, e estando dispostos a pagar o valor de doze mil e quinhentos réis (12\$500), o leitor deste artigo poderia fazer suas apostas em “A Victoria de Canudos”, nono páreo da corrida de cavalos no Derby Club de Pernambuco, realizada no dia 15 de novembro, data de aniversário da proclamação da República. Caso tirasse o primeiro prêmio ganharia 250 mil réis (250\$000), ou reaveria seu dinheiro de volta se sua aposta tirasse a terceira colocação. Durante o ano de 1898, poderia assistir ao espetáculo “A Victoria de Canudos”, uma “pantomima de costumes bélicos”, representada pelo Circo Pery, no que ouviria ao final da montagem, patrioticamente, a exibição do hino nacional brasileiro. Fórmula também comum nas matérias dos jornais de todo o país, a expressão aparece até mesmo nos poemas, como o publicado em edição do jornal Cidade do Rio, de 29 de outubro de 1897, onde se declama, romantizando o triunfalismo bélico: “Salve coelho idolatrado!/ Salve heróe entre os taludos!/ Antes fosse reclamado/ P’ra victoria de canudos!”.

É possível encontrar esse triunfalismo patriótico permeado em toda a narrativa histórica construída. Nela, Moreira de Azevedo enfatiza rituais de civismo que muitas vezes parecem destoar do ambiente de belicosidade do momento: conforme o seu texto, em meio à guerra, os militares não prescindem da liturgia patriótica. Reproduzimos aqui alguns trechos neste sentido:

Houve então completa confusão e borbórinho. Vadearão as trincheiras officiaes e soldados e precipitarão-se no reducto conquistado. Apressou-se o general Medeiros em communicar o triumpho da República ao general Barbosa, commandante da primeira columna que por sua vez mandou levar ao general em chefe a festiva noticia. Mandou este tocar alvorada, formarão todas as forças em suas respectivas posições, foi erguido em todos os pontos da praça de Canudos o pavilhão nacional, entoarão as musicas dos batalhões e regimentos o hymno da pátria e foram os generais delirantemente aclamados pela tropa. (...).  
Destruída, devorada pelo incendio a cidadella dos jagunços e os destroços das igrejas pela dynamite, transformou-se Canudos em um vasto cemiterio de dez kilometros quadrados de superficie, onde tremula o estandarte nacional firmando o dominio da Republica sobre esse pedaço de terreno. (...).

---

4 Desta só temos a capa. Embora não esteja datada, estando dedicada “ a Sua Ex<sup>a</sup>, o Dr. Prudente de Moraes, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, deve ter sido produzida nos fins de 1897 ou em 1898, até o término do mandato presidencial em 15 de novembro. Citada na edição 237, do periódico *Cidade do Rio*, de 05 de outubro de 1899. Aparece ainda em publicidade do *Jornal do Commercio*, sendo vendida a mil e quinhentos réis (1\$500) em casa dos Editores Vieira Machado & Cia. Edição 266, de 24 de setembro de 1899.

Canudos sumio-se, desapareceu na voragem da guerra para honra da nossa bandeira, para honra da nossa pátria e da nossa historia (AZEVEDO, 1898, p. 41-43; 53-55).

Lugar estratégico de um texto, no parágrafo final do manuscrito vemos arrematado ainda este triunfalismo patriótico:

Mas nessa cruenta e gloriosa campanha, cujos sacrificios de vidas e de dinheiro forão enormes, soube o exército brasileiro honrar as suas gloriosas tradições mantendo-se no posto de sacrificio que lhe indicou o dever, luctando com denodo e abnegado patriotismo, supportando todos os soffrimentos, superando todos os obstáculos, para elevar bem alto a bandeira nacional, como symbolo da grandesa e da glória da nação (AZEVEDO, 1898, p. 71).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O manuscrito *A Victoria de Canudos* reflete uma interpretação da Guerra de Canudos bem alinhada com o período de transição para uma historiografia profissional, onde se mescla uma historiografia tradicional típica com alguns dos pressupostos tanto do romantismo histórico como do historicismo realista rankeano do século XIX, pois embora sem a profundidade metodológica da produção francesa e alemã, obstinou-se em seu ideal de isenção epistemológica, utilização de fontes históricas oficiais e de uma escrita da história comprometida com a construção de um projeto de nação e com a ideologia patriótica, principalmente em sua vertente mais alinhada aos ideais de uma história mestra da vida. Neste sentido, a importância do manuscrito não se encontra na qualidade historiográfica, nem estilística, ou tampouco nas informações históricas ali fornecidas. Muito pelo contrário, caracteriza-se por uma narrativa enfadonha, malgrado o recorte na abordagem de um momento apoteótico do acontecimento. Em relação às informações históricas e fatos relatados também não há nenhuma novidade, tratando-se da organização de acontecimentos muito corriqueiros ao público em geral, divulgados pela imprensa de forma massiva durante os dias em que a guerra se prolongou.

Comprendemos que a relevância do manuscrito se encontra principalmente no fato deste se constituir como uma proposta de interpretação daquele evento histórico, de seu pioneirismo neste intento, e ainda de ser um exemplo modelar da aplicação das convenções próprias a um dos paradigmas historiográficos do século XIX: o da escrita de uma história que se entendia, ao mesmo tempo, fidedigna, patriótica e capaz de

ensinar aos seus contemporâneos, bem como às novas gerações, os valores cívicos necessários para o progresso da nação.

## REFERÊNCIAS

A Notícia, Edição 256, de 28 de outubro de 1897, Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

AZEVEDO, Manoel D. M. de. A Victória de Canudos: memória histórica por Moreira de Azevedo. 1898. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

AZEVEDO, Manoel D. M. de. O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades. Segundo Volume. Rio de Janeiro: Garnier, 1877.

AZEVEDO, Manoel D. M. de. Ensaio Biographico. Rio de Janeiro: Typografia F. A de Almeida, 1861.

CARTA de Moreira de Azevedo a Paulo de Frontin, 31 de agosto de 1895. Coleção Paulo de Frontin. Lata 1317, Pasta 15, Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Cidade do Rio, 29 de outubro de 1897.

Cidade do Rio, Edição 51, 25 de novembro de 1897.

GUIA da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Sedegra, 1960, p. 39.

PRADO, Eduardo. Collectaneas (volume III). 1ª edição. São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1906, pp. 33-35; 111-113.

REVISTA Trimestral do IHGB, vol. 25 (1892), Rio de Janeiro: Kraus Reprint, 1973.

REVISTA Trimestral do IHGB, vol. 66, Rio de Janeiro: Kraus Reprint, 1903.

REVISTA Trimestral do IHGB, Tomo LII, parte II, Rio de Janeiro: Laemmert, 1889.

BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

CARBONELL, C. Historiografia. Lisboa: Teorema, 1981.

CEZAR, Temístocles. Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões (Campanha de Canudos). 2ª edição. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1903.



GONÇALVES, M. S; ALBUQUERQUE, V. S. Manuel Duarte Moreira de Azevedo e a construção da identidade nacional: um intelectual oitocentista entre a medicina, a história e as letras. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História. 2017.

GUIMARÃES, Lucia M. P. Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2011.

GUIMARÃES, Lucia M. P. Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

JANNOTI, Maria L. M. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, M. C (org.). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2018.

LANGLOIS, C.; SEIGNOBOS, C.. Introdução aos estudos históricos. São Paulo: Renasceça, 1946.

MONTEIRO, Charles. Uma abordagem da historiografia brasileira da segunda metade do séc. XIX até 1920. Estudos Ibero-Americanos, v. XX, nº 1, p. 163-172, julho 1994.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

SACRAMENTO BLAKE, A. V. A. Dicionario Bibliographico Brasileiro (volume 6). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Innocencio Francisco da. Dicionario Bibliographico Portuguez (volume 16). Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.

SILVA, Alberto Martins. General-de-Brigada João Severiano da Fonseca. Da Cultura. Ano VIII, nº 14, 2008.

TAMAYO, Juan José (Org.). Novo Dicionário de Teologia. São Paulo: Paulus, 2009.